



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
Processo Seletivo para Concessão de Estágios no
TCE /PB - 2018

PROVA DE DIREITO
CONHECIMENTOS GERAIS
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES

VERIFIQUE SE ESTE CADERNO

- *Corresponde a sua opção de cargo*
- Contém 40 questões objetivas, numeradas de 1 a 40.
- Contém o tema da Prova Discursiva - Redação e o espaço destinado ao rascunho.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.

Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.

Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Fazer a Prova Discursiva - Redação, usando para rascunho o espaço a ela reservado.

ATENÇÃO:

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Prova Discursiva - Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para a Folha de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS
PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

O assassino era o escriba

Meu professor de análise sintática era o tipo do sujeito inexistente.

Um pleonasmo, o principal predicado de sua vida, regular como um paradigma da 1ª conjugação.

Entre uma oração subordinada e um adjunto adverbial, ele não tinha dúvidas: sempre achava um jeito assindético de nos torturar com um aposto.

Casou com uma regência.

Foi infeliz.

Era possessivo como um pronome. -

E ela era bitransitiva.

Tentou ir para os EUA.

Não deu.

Acharam um artigo indefinido em sua bagagem.

A interjeição do bigode declinava partículas expletivas, conectivos e agentes da passiva o tempo todo.

Um dia, matei-o com um objeto direto na cabeça.

Paulo Leminski. Caprichos e relaxos. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.144

1. Sobre o texto em questão é correto afirmar que:

- (A) Sua principal intenção é provocar efeito de humor fazendo trocadilhos com elementos da sintaxe e da semântica da língua portuguesa. _
- (B) Autor quer explicar o que acontece na língua portuguesa através da utilização dos termos gramaticais.
- (C) As referências gramaticais do texto permitem que se conclua que o autor desconhece o assunto.
- (D) Texto é propriamente confessional sobre um assassinato e uma declaração do eu-lírico que se sente culpado ao matar seu professor.
- (E) Trata-se de um poema emotivo, que retrata bem o tipo de informação referencial: uma aula desinteressante que critica a alienação da análise sintática e que se deve ao fato da não contextualização dos conteúdos.

2. O texto O assassino era o escriba é um poema. Apresenta suspense e mistério típicos de uma narrativa policial. Nele, o poeta cria um narrador em primeira pessoa que descreve, nos sete primeiros versos, um sujeito. Do oitavo ao décimo sexto verso, o narrador resume os fracassos desse sujeito. Do ponto de vista de tais reflexões e da releitura do poema, considera-se que a alternativa correta é:

- I. O professor/personagem é apresentado como um profissional reflexivo, que compreende o ensino da língua portuguesa como algo bem próximo do português que se usa no dia a dia.
- II. O último verso esclarece o epílogo da história de suspense, a partir da recomposição do desenlace: o assassino é o aluno, a vítima é o professor, a arma do crime é um objeto.
- III. O professor, na perspectiva do aluno, é visto positivamente como um profissional preocupado com o ensino da teoria gramatical, pois oferece a esse aluno a meta-língua, em forma de conceitos, regras, exceções.

Está correta, apenas:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) Nenhuma das alternativas.
- (E) Todas as alternativas


3. No verso "E ela era bitransitiva", podemos afirmar que o autor faz alusão à transitividade dos verbos, ou seja, à necessidade de complementos ou não para o entendimento completo de um verbo, ao mesmo tempo que sugere uma vida dupla da personagem. Sobre a transitividade dos verbos, pode-se dizer que:

- I. Há verbos intransitivos, transitivos diretos e indiretos.
 - II. Verbos transitivos diretos complementam seu sentido com objetos diretos, ou seja, objetos sem preposição.
 - III. Verbos transitivos indiretos complementam seu sentido com objetos indiretos, ou seja, objetos com preposição.
 - IV. Verbos bitransitivos complementam seu sentido com objetos diretos e indiretos.
- (A) I, II, III e IV estão corretas;
 - (B) Somente I, II e III estão corretas;
 - (C) Somente I, II e IV estão corretas;
 - (D) Somente I, III e IV estão corretas;
 - (E) Somente II, III e IV estão corretas.

4. O sujeito compõe o chamado termo essencial da oração. Recebe essa classificação em razão de sua importância para o enunciado, embora, mesmo que contraditório, possam existir orações sem sujeito. Na frase: "Acharam um artigo indefinido em sua bagagem", o sujeito dessa oração é:

- (A) Simples;
- (B) Sujeito composto e anteposto ao verbo;
- (C) Sujeito elíptico;
- (D) Sujeito indeterminado;
- (E) Sujeito composto posposto ao verbo.

<p>5. A análise sintática é a parte da gramática que estuda a função e a ligação de cada elemento que forma um período. Sendo assim, qual a função sintática de “<u>um artigo indefinido</u>” no verso 13?</p> <p>(A) Objeto indireto; (B) Objeto direto; (C) Complemento nominal; (D) Objeto direto preposicionado; (E) Núcleo do objeto.</p>	<p>9. Segundo a acentuação gráfica das palavras, a regra geral que acentua as palavras em destaque: dúvida, análise e sintática, é a mesma que ocorre nas palavras:</p> <p>(A) Assindético, partículas, exército; (B) Colégio, exército, automóvel; (C) Útil, colégio, cárcere; (D) Colégio, automóvel, cárcere; (E) Assindético, exército, útil.</p>
<p>6. Ainda sobre a análise sintática e morfológica das orações do poema, podemos afirmar que:</p> <p>(A) A expressão “Meu professor de análise sintática” é um sujeito composto, formado por cinco vocábulos de classificações morfológicas diversas; (B) No título, o sujeito é “o escriba”, pois ele era o assassino; (C) No verso 13, a expressão “em sua bagagem”, é um adjunto adverbial de lugar, indicando onde acharam um artigo indefinido; (D) sinal de dois pontos utilizado no quinto verso é utilizado para enumerar as dúvidas do professor; (E) No primeiro verso, a palavra “Meu” é um pronome possessivo e a palavra “possessivo”, no verso 09, é um substantivo.</p>	<p>10. A concordância é a relação estabelecida de forma harmônica entre os termos da oração, seja em número, pessoa ou gênero. Nas orações a seguir, todas estão corretas, exceto:</p> <p>(A) Segundo os dados, os alunos são bastante inteligentes. (B) Para emagrecer, devemos sempre ingerir menos carboidratos. (C) Maria e Cláudia compraram vestido e blusa lindo. (D) Envio-lhe anexas a esta receita as fotos que vão enfeitá-la. (E) Todos os celulares da loja foram roubados.</p>
<p>7. O final do poema, o autor utiliza a expressão “agentes da passiva” referindo-se às vozes verbais. Já no último verso do texto, “<u>Um dia, matei-o com um objeto direto na cabeça</u>” podemos observar a utilização da voz:</p> <p>(A) Reflexiva, pois o verbo é pronominal. (B) Ativa, pois o sujeito (narrador) é quem pratica a ação de matar o professor. (C) Passiva, visto que o professor foi morto pelo sujeito (narrador). (D) Reflexiva, já que o sujeito praticou a ação contra si mesmo. (E) Passiva analítica, pois está claro que o agente da passiva é o professor.</p>	<p>11. Quando eu era menino, lembro-me bem das brincadeiras de rua”. Assinale a alternativa em que o verbo destacado apresenta, na oração a que pertence, a mesma regência do verbo lembrar no período acima.</p> <p>(A) Observamos pessoas nas filas. (B) Atirou-se de cabeça no relacionamento. (C) Admiro as pessoas que trabalham o dia todo. (D) Esqueci os óculos em casa. (E) Precisamos de educação.</p>
<p>8. Podemos dizer que segundo a análise sintática da frase: “Foi infeliz”, a classificação do sujeito, o tipo de predicado e a função sintática de infeliz é:</p> <p>(A) Sujeito elíptico (ele), predicado nominal, predicativo do sujeito; (B) Sujeito simples, predicado nominal, complemento verbal; (C) Sujeito indeterminado, predicado verbal, complemento nominal; (D) Sujeito composto, predicado verbo-nominal, complemento verbo-nominal; (E) Sujeito simples, predicado verbal, predicativo do verbo.</p>	<p>12. Leia o texto de Ziraldo para responder às questões a seguir:</p> <p>A patroa pedia informações para a nova empregada: - Por que você foi despedida do seu último emprego? - Porque me recusei a continuar dando banho no filho da patroa. - Mas, é justo. Você não podia se negar a fazer isto. - Mas, toda manhã, madame? Antes dele ir para o quartel?</p> <p>De acordo com a leitura do texto, podemos afirmar que:</p> <p>(A) Autor intencionou enfatizar o direito trabalhista das empregadas domésticas. (B) texto apresenta o fato cotidiano de entrevistas de emprego que constroem os candidatos devido ao racismo. (C) autor utiliza o humor ao gerar ambiguidade sobre o “filho da patroa”. (D) A personagem entrevistada não demonstra respeito à patroa nem ao antigo emprego. (E) A empregada sentia-se incomodada por dar banho na criança pelo fato de ser todas as manhãs.</p>

<p>13. O acento grave, indicativo de crase, ocorre quando há contração de preposição A mais o artigo A. Sendo assim, podemos concluir que:</p> <p>I. Na primeira frase, em “a nova empregada” não ocorre crase pois A, neste caso, é somente artigo.</p> <p>II. Ainda na primeira frase, caso houvesse a substituição de PARA por A, ocorreria o fenômeno da crase, pois haveria a contração do artigo feminino A mais a preposição A.</p> <p>III. Na frase “Você não podia se negar a fazer isto” o acento grave é opcional, visto que antecede um verbo no infinitivo.</p> <p>(A) I, II e III estão corretas. (B) Somente I está correta. (C) Somente I e III estão corretas. (D) Somente I e II estão corretas. (E) Somente III está correta.</p>	<p>15. O termo “<u>esse</u>” utilizado no primeiro e segundo quadro, pode ser classificado como pronome:</p> <p>(A) Possessivo, pois Mafalda pergunta quem colocou o lixo lá. (B) Oblíquo, pois na expressão “esse negócio” não fica claro o que Miguelito quer dizer. (C) Demonstrativo, visto que ele mostra sobre o que se fala. (D) Pessoal do caso reto, pois ele está próximo do objeto a que se refere. (E) Tratamento, já que o discurso é direcionado a personagem Mafalda.</p>
 <p>14. Na tirinha acima, Mafalda tenta explicar a Miguelito o conceito de sujeito usando a oração “<u>Esse lixo enfeia a rua</u>”. Sobre isso, podemos afirmar que:</p> <p>(A) O sujeito da oração exemplificada por Mafalda é “o prefeito”.</p> <p>(B) O sujeito da oração “Esse lixo enfeia a rua” é indeterminado.</p> <p>(C) No segundo quadro, a palavra “Miguelito” é o sujeito da oração.</p> <p>(D) No segundo quadro, a palavra “Miguelito” é o sujeito da oração.</p> <p>(E) “Esse lixo” é o sujeito da oração exemplificada por Mafalda.</p>	<p style="text-align: center;">NOÇÕES DE INFORMÁTICA</p> <p>16. A Intranet é uma rede de computadores, que disponibiliza um conjunto de serviços análogo à Internet, também baseada na pilha de protocolos TCP/IP. Porém, é restrita a um local físico, ou seja, é uma rede fechada, interna e exclusiva. Se por acaso um colaborador tiver que acessá-la de casa, deverá estabelecer uma conexão segura do seu computador de casa à intranet da empresa. Para isso ele deverá estabelecer um (uma):</p> <p>(A) Firewall (B) DNS (C) LAN (D) VPN (E) Captcha</p> <p>17. Na versão mais recente do Programa de navegação Google Chrome, ao clicar com o botão direito do mouse sobre uma guia do programa e selecionar a opção Fixar guia, na lista exibida, será possível:</p> <p>(A) Criar um ícone no canto superior esquerdo do navegador, o qual permitirá o acesso direto à página exibida. (B) Criar na área de trabalho do computador um ícone de atalho, o qual, ao ser selecionado, abrirá a página exibida. (C) Transformar a guia do navegador em uma nova janela. (D) Adicionar a página exibida pela guia à lista de páginas favoritas. (E) Duplicar a guia aberta, criando-se, assim, uma cópia da página exibida.</p>

18. Leia as afirmativas a seguir:

I. Fórmulas são operações matemáticas desconhecidas e raramente utilizadas em planilhas eletrônicas.

II. O Microsoft Word 2010 é um programa de processamento de texto, projetado para ajudar o usuário a criar, organizar e escrever os documentos com mais eficiência. O Word também inclui ferramentas de edição e revisão para que o usuário possa colaborar com outras pessoas.

III. Um editor de texto é um aplicativo de edição de arquivos/ficheiros de texto, frequentemente equipados com sistemas operacionais ou pacotes de desenvolvimento de hardware, e pode ser usado para alterar arquivos de configuração e linguagem de programação de código fonte.

Marque a alternativa **CORRETA**:

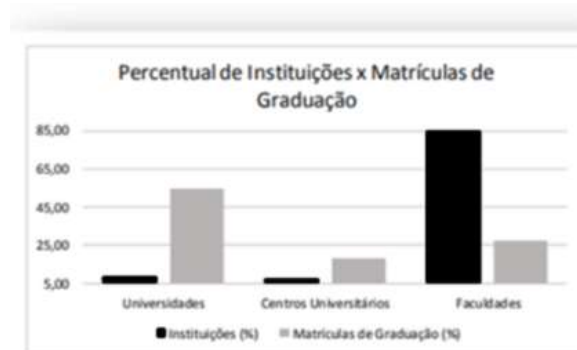
- (A) A afirmativa I e III são verdadeiras.
- (B) A afirmativa I e III são falsas e a II é verdadeira
- (C) A afirmativa I é verdadeira e a II é falsa.
- (D) Todas as alternativas são falsas.
- (E) Todas as alternativas são verdadeiras

19. As Mídias Sociais (também conhecidas como Redes Sociais) são sites e aplicativos que permitem a conexão, interação e compartilhamento de conteúdos entre os usuários. As mídias sociais mais populares atualmente são Facebook, Youtube, Instagram e WhatsApp. São canais importantíssimos para uma estratégia de Marketing Digital.

Assinale a alternativa abaixo que retrata uma Rede Social baseada em imagens e outra de caráter profissional:

- (A) Google+ e Youtube
- (B) Instagram e LinkedIn
- (C) Twitter e Instagram
- (D) LinkedIn e Google+
- (E) e) Youtube e Instagram

20. A Microsoft Office é um pacote com diversos aplicativos para usos diversos. Entre os programas que compõem esse famoso pacote, destaca-se o Excel (planilha de cálculo), Observe o gráfico abaixo criado com a planilha eletrônica Microsoft Excel 2010 e analise as proposições a seguir.



I. Ao selecionar o gráfico acima, clique em Ferramentas do gráfico e na guia Layout para alterar o título e a legenda do gráfico.

II. Para modificar os limites mínimo e máximo e a unidade principal do eixo vertical do gráfico acima, deve-se clicar no Eixo vertical, na opção Formatar Eixo Vertical.

III. Para criar o gráfico acima, deve-se selecionar as colunas que contêm os dados, clicar na guia Inserir, no grupo Gráficos, escolher o Gráfico 2D, Coluna Agrupada.

IV. O gráfico acima pode ser salvo como modelo para que possa ser usado como base para outros gráficos. Para isso, clique no gráfico que deseja salvar como um modelo. Na guia Design, no grupo Tipo, clique em Salvar como Gráfico Modelo.

V. O estilo do gráfico acima pode ser modificado na guia Design, grupo Estilos de Gráfico.

Estão corretas apenas:

- (A) II, IV e V.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, III e V.

**CONHECIMENTOS GERAIS
DIREITO CONSTITUCIONAL**

21. Em relação aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos assegurados na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) As entidades sindicais e associativas, mesmo que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus associados em qualquer instância judicial ou administrativa.
- (B) É assegurado a todos o acesso à informação, vedado o sigilo da fonte quando para o exercício da atividade profissional.
- (C) A pequena propriedade rural, mesmo a trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, garantido porém, ao proprietário, prazo em dobro para saldar o débito, sob pena de sua perda.
- (D) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de interação coletiva, salvo nas militares e federais sob regime disciplinar diferenciado.
- (E) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

22. Em relação às responsabilidades prioritárias do Estado e do município na área Educacional é **INCORRETO** afirmar:

- (A) É dever do Município oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) Aos Estados cabem definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público.
- (C) É obrigação do Estado autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- (D) Os Municípios não poderão optar, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.
- (E) Os Estados são incumbidos de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade o Ensino Médio.

23. Sobre Seguridade Social podemos dizer que:

- I. Para os fins do reconhecimento do direito ao BPC LOAS é considerado idoso aquele com idade de sessenta e cinco anos ou mais.
- II. Para os fins do reconhecimento do direito ao BPC LOAS é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Para os fins do reconhecimento do direito ao BPC LOAS é considerada incapacidade o fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social.
- IV. Para os fins do reconhecimento do direito ao BPC LOAS é necessário que a família seja incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou do idoso, família cuja renda mensal bruta familiar dividida pelo número de seus integrantes seja inferior a um quarto do salário mínimo.
- V. Rafael, servidor de cargo efetivo do INSS, facilitou que terceiros tivessem acesso e inserissem dados falsos no sistema do INSS. É correto afirmar que Rafael cometeu crime de inserção de dados falsos em sistema de informação com pena prevista de 2 a 6 anos de reclusão e multa.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I, II, III e IV estão corretas.
- (B) Somente I, II, III e V estão corretas.
- (C) Somente I, II e V estão corretas.
- (D) Somente I, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as alternativas estão corretas

24. Acerca do controle de constitucionalidade de leis municipais, assinale a alternativa correta:

- (A) É vedado em qualquer hipótese o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade de lei municipal perante o STF.
- (B) A Lei Municipal somente pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade junto ao STF, tendo como paradigma a Constituição Federal.
- (C) É cabível recurso extraordinário, dirigido ao STF, interposto em face de decisão de Tribunal de Justiça local que julga inconstitucional Lei Municipal contrastada perante a Constituição Estadual, desde que o paradigma de constitucionalidade estadual seja norma de reprodução obrigatória pelo Estado-Membro por força do princípio da simetria.
- (D) A lei municipal pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, sendo incabível o controle difuso.
- (E) Tendo em vista o papel peculiar do Município na Federação Brasileira, somente é possível o controle de constitucionalidade de Lei Municipal pela via difusa.

26. Sobre Desapropriação, marque a assertiva correta:

- (A) Decretada a utilidade pública do bem a ser expropriado, e desde que passado o prazo legal para o acordo administrativo, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração.
- (B) O decreto de utilidade pública marca o início do prazo de caducidade da ação de desapropriação indireta.
- (C) A declaração de utilidade pública marca o início do prazo prescricional da ação de desapropriação indireta.
- (D) O decreto de utilidade pública implica vedação de licenciamento de obra no bem objeto do ato expropriatório.
- (E) A expedição do Decreto de utilidade pública marca o início de prazo quinquenal findo o qual, não havendo acordo e não intentada a ação, o ato caducará.

25. “O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania” (Controladoria-Geral da União – Controle Social, 2012, p. 16). Marque a alternativa abaixo que contradiz este conceito.

- (A) O controle social nada mais é que uma forma de distribuição do poder de decisão sobre as políticas públicas entre o Estado e a sociedade
- (B) Capacidade que tem a sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do Município, Estado ou do Governo Federal.
- (C) O controle social, associado ao processo de transparência pública, ocasiona contribuições evidentes ao processo de democratização da informação e descarta a necessidade da interlocução entre a Sociedade e o Estado.
- (D) Ajuda a prevenir a corrupção na medida em que fortalece as instituições e imprime legitimidade às escolhas governamentais.
- (E) Para que os cidadãos possam exercer de forma eficaz o controle social, é importante que sejam mobilizados e recebam instruções sobre como ser inspetores dos gastos públicos.

27. Os atos da Administração Pública estão sujeitos a controle externo e interno. O controle exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas

- (A) Dá-se sobre atos e contratos firmados pela Administração Pública, não sendo exercido, contudo, antes da celebração dos referidos instrumentos.
- (B) Inclui a análise dos editais de licitação publicados, permitindo a modificação da redação daqueles instrumentos, especialmente no que se refere à habilitação, a fim de preservar a igualdade entre os participantes do certame.
- (C) Autoriza a suspensão de atos e contratos celebrados pela Administração Pública quando, instada a revogá-los ou anulá-los, não o fizer no prazo fixado.
- (D) Possibilita a sustação de atos pelo Tribunal de Contas, quando a Administração Pública não sanar os vícios indicados pelo mesmo.
- (E) Permite a sindicância das licitações realizadas pela Administração direta e indireta, com a anulação de editais e contratos deles decorrentes sempre que houver vício de legalidade insanável.

28. Considere as assertivas concernentes ao Ministério Público:

I. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

III. Constitui vedação ao membro do Ministério Público, dentre outras, exercer a advocacia.

IV. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e III

29. Entidade privada aplicou irregularmente recursos públicos recebidos da União a título de subvenção. De acordo com as disposições da Constituição Federal, que disciplinam as competências dos controles interno e externo da Administração Pública, referida irregularidade

- (A) Não é passível de fiscalização pelo órgão responsável pelo controle interno do Poder Executivo Federal, mas apenas pelo controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União.
- (B) Não é passível de fiscalização pelo órgão responsável pelo controle interno do Poder Executivo Federal, nem tampouco pelo controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União, mas apenas pelo Ministério Público.
- (C) É passível de fiscalização apenas pelo controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (D) É passível de fiscalização pelos responsáveis pelo controle interno do poder executivo federal que, ao tomarem ciência da irregularidade, deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- (E) É passível de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União ou pelo órgão responsável pelo controle interno federal, de forma excludente, ou seja, uma vez iniciada a apuração por um deles, fica sobrestada a atuação do outro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

30. A Lei nº 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Marque a alternativa abaixo que **não condiz** com as normas e procedimentos desta Lei:

- (A) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (B) Os envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados serão abertos depois da abertura e apreciação dos envelopes relativos à habilitação dos concorrentes e da devolução dos envelopes dos concorrentes inabilitados.
- (C) Será divulgada na internet, a cada exercício financeiro, a relação de empresas favorecidas com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.
- (D) As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão à seguinte sequência: I - projeto básico; II - projeto executivo; III - execução das obras e serviços.
- (E) O dever de licitar se estende a todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, todos quando atuam no exercício da função administrativa), de todos os entes políticos.

31. Quanto à temática do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Apesar de inexistir hierarquia entre a administração direta e a administração indireta, há a possibilidade de controle administrativo desta por aquela, e uma dessas formas de controle é a denominada tutela extraordinária.
- (B) O Tribunal de Contas, órgão integrante do Poder Executivo, realiza o controle externo da administração pública por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- (C) No exercício do controle da atividade administrativa, o Poder Judiciário deve, sempre que possível e por imposição constitucional, substituir-se ao gestor para valorar os critérios de oportunidade e conveniência que a Administração Pública considerou para editar o ato administrativo questionado.
- (D) Por configurar ofensa à separação dos poderes, a Constituição Federal de 1988 veda o controle da administração pelo Poder Legislativo.
- (E) O recurso administrativo interposto num processo administrativo, por dizer respeito apenas ao interessado, não pode ser considerado uma forma de controle da atividade administrativa, pois esta pressupõe uma abrangência coletiva.

33. Os princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal são fundamentais para que os agentes públicos possam exercer uma gestão transparente. Dentre estes, existe um que tem o objetivo de **combater o mau uso dos recursos públicos e incentivar o planejamento das ações da gestão pública e ainda, buscar melhoria dos resultados diante dos recursos aplicados, o que fortalece, portanto, o controle de resultados.**

Marque a alternativa que retrata este princípio:

- (A) **Legalidade**
- (B) **Impessoalidade**
- (C) **Moralidade**
- (D) **Publicidade**
- (E) **Eficiência**

32. A Prefeitura Municipal de João Pessoa pretende contratar serviços técnicos especializados de engenharia, para elaboração de projeto básico para uma obra de considerável complexidade técnica que pretende realizar. De acordo com as disposições da Lei no 8.666/1993, para contratação do referido projeto.

- (A) Será inexigível prévia licitação, por se tratar de serviços técnico especializados, ainda que não sejam de natureza singular.
- (B) Poderá ser dispensada a licitação, se comprovada a notória especialização do contratado.
- (C) Será necessário o prévio procedimento licitatório, adotando-se, obrigatoriamente, a modalidade concorrência.
- (D) Poderá ser adotada a modalidade empreitada integral, na qual o projeto básico pode ficar a cargo da empresa contratada para a execução da obra.
- (E) A correspondente licitação poderá ser do tipo melhor técnica ou técnica e preço, dada a natureza predominantemente intelectual dos serviços contratados.

34. Em relação à responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa, assinale a afirmativa **CORRETA**.

I. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade praticados por qualquer agente público, servidor ou não na administração pública direta, indireta ou fundacional.

II. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades privadas.

III. Constitui-se improbidade administrativa permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas direta, indireta ou fundacional.

- (A) **I, e II estão corretas.**
- (B) **I e III estão corretas**
- (C) **Somente I está correta.**
- (D) **Somente II está correta.**
- (E) **Todas estão corretas.**

35. A Administração pública, quando se organiza de forma descentralizada, contempla a criação de pessoas jurídicas, com competências próprias, que desempenham funções originariamente de atribuição da Administração direta. Essas pessoas jurídicas,

- (A) Quando constituídas sob a forma de autarquias, podem ter natureza jurídica de direito público ou privado, podendo prestar serviços públicos com os mesmos poderes e prerrogativas que a Administração direta.
- (B) Podem ter natureza jurídica de direito privado ou público, mas não estão habilitadas a desempenhar os poderes típicos da Administração direta.
- (C) desempenham todos os poderes atribuídos à Administração direta, à exceção do poder de polícia, em qualquer de suas vertentes, privativo da Administração direta, por envolver limitação de direitos individuais.
- (D) Quando constituídas sob a forma de autarquias, possuem natureza jurídica de direito público, podendo exercer poder de polícia na forma e limites que lhe tiverem sido atribuídos pela lei de criação.
- (E) Terão natureza jurídica de direito privado quando se tratar de empresas estatais, mas seus bens estão sujeitos a regime jurídico de direito público, o que também se aplica no que concerne aos poderes da Administração, que desempenham integralmente, especialmente poder de polícia.

37. Os princípios constitucionais de Direito Financeiro no Plano Orçamentário estão contemplados nas alternativas abaixo, com **exceção** da alternativa:

- (A) Legalidade - Anualidade - Unidade
- (B) Universalidade - Exclusividade - Não afetação da receita
- (C) Flexibilidade - Publicidade - Sinceridade
- (D) Proibição de retorno - Idoneidade – Anuidade
- (E) Clareza - Especificação da receita - Programação

38. A Lei 4.230/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Abrange desde a forma de elaboração da proposta orçamentária, perpassando pela execução, registro, evidenciação, até o controle do orçamento público. Ela foi complementada pela Lei _____, mais conhecida pela Lei da Responsabilidade Fiscal.

- (A) Lei Complementar 101/2003
- (B) Lei Complementar 101/2001
- (C) Lei Complementar 101/2000
- (D) Lei Complementar 100/2000
- (E) Lei Complementar 100/2002

**DIREITO FINANCEIRO E
CIÊNCIA DAS FINANÇAS**

36. Com base no Direito Financeiro, é **incorreto** afirmar-se que:

- (A) A Lei do Orçamento Monetário é editada anualmente pelo Poder Executivo.
- (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e sinalizará a feitura da Lei Orçamentária Anual.
- (C) Os orçamentos públicos, em atendimento ao princípio da universalidade, devem conter todas as receitas e despesas de qualquer procedência, ou destino, inclusive a dos Fundos, empréstimos e subsídios.
- (D) Os orçamentos públicos, em atendimento ao princípio da especialidade, devem discriminar e especificar os créditos, os órgãos a que se vinculam e o tempo em que se deve realizar a despesa pública.
- (E) Qualquer investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro deverá ser incluído no Plano Plurianual.

39. A Lei de Responsabilidade Fiscal direciona-se à eliminação e contenção do déficit público. O período proibitivo para o titular de poder ou órgão contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, refere-se:

- (A) Aos últimos dois quadrimestres do mandato.
- (B) Ao último semestre do mandato.
- (C) Ao último trimestre do mandato.
- (D) Aos últimos 180 dias do mandato.
- (E) Aos últimos 30 dias do mandato.

**PROVA DISSERTATIVA-
REDAÇÃO****Atenção:**

A redação deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da redação pela banca examinadora.

A doação de órgãos é um ato pelo qual manifestamos a vontade de doar uma ou mais partes do nosso corpo para ajudar no tratamento de outras pessoas. O transplante de órgãos é uma das maiores descobertas médicas desenvolvidas ao longo do século XX. O primeiro semestre de 2017 apresentou um aumento significativo no número de doadores de órgãos no Brasil. O período teve 15,7% mais doadores se comparado ao mesmo período de 2016. O crescimento segue duas tendências opostas verificadas na última década. Uma, que as doações estão subindo. A segunda, que a recusa dos familiares dos possíveis doadores continua sendo o principal entrave para que esse crescimento seja ainda maior. Apesar da melhora nos indicadores, milhares de brasileiros ainda morrem enquanto esperam por um órgão no país. No primeiro semestre de 2017, 1.158 pessoas morreram na fila de espera. Com base nos conhecimentos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, o texto deve conter no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas, de forma coesa e coerente, que contenha um título, utilizando-se da norma padrão da linguagem, defendendo seu ponto de vista acerca da importância da doação de órgãos no Brasil.

40. A Lei n. 10.028/00 incluiu no Título XI do Código Penal, o Capítulo IV – Dos crimes contra as finanças públicas. Sobre esses crimes, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Lei n. 10.028 não poderá retroagir para alcançar fatos praticados antes de sua entrada em vigor, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- (B) A Lei n. 10.028 é pluriofensiva, tendo em vista que são inúmeros os bens jurídicos protegidos, como as finanças públicas, probidade administrativa e gestão fiscal responsável.
- (C) O crime de ordenação de despesa não autorizada pode ser praticado na modalidade dolosa ou culposa.
- (D) Tipifica crime contra as finanças públicas ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou legislatura.
- (E) O crime de contratação de operação de crédito – “Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa” – pode ser classificado como crime próprio.